

Carta aberta ao Conselheiros da Comissão de Ética Pública da Presidência da República

Colegas Conselheiros,

1. É com extremo pesar no coração, um misto de frustração e decepção com os trabalhos desta Comissão, que me vejo forçado a lhes dirigir, em momento tão delicado pelo qual passa o país, as seguintes linhas.
2. O país sangra. Não por causa direta de um vírus ou de problemas econômicos. Tudo isso é consequência. A causa única de tudo o que sofremos – digo, que sofremos eu e as camadas mais pobres da sociedade, que não contam com o poder aquisitivo de algumas de Vossas Excelências – é a falta de respeito à ética pública.
3. Somos todos vítimas nas mãos de governantes e autoridades populistas, manipuladoras, que mantêm a sociedade na ignorância para não serem cobrados em seu comportamento quando no exercício de funções públicas.
4. Chegou-se ao absurdo de vermos a defesa aberta da subversão à ordem constitucional e de ameaças até mesmo físicas a Ministros do STF, bem como a referência a eventual descumprimento de suas decisões, em meio a insinuações de uma crise institucional ainda pendente de melhores explicações, ao argumento de que o eleito pode tudo, porque o povo tudo pode, o que todos nesse colegiado sabem que não passa de uma falácia atrevida, perpetrada por quem defende que o povo não está – ele próprio, ainda que soberano – sujeito aos limites traçados pelo Texto Constitucional.
5. Nesse quadro, que não vem de hoje, a pretensão brasileira de ser aceito pela OCDE levou à criação desta Comissão cerca de 22 anos atrás. Homens e mulheres honrados passaram por seus quadros como Conselheiros, a exemplo de Carmen Lúcia e Sepúlveda Pertence, todos dedicando seus mandatos ao aperfeiçoamento do princípio da moralidade na prática da administração pública.
6. Conforme bem colocado pelo então Presidente do colegiado na apresentação do Código de Conduta da Alta Administração Federal em 2013, nossa função “...vai além da obrigação de alertar o Poder Executivo de eventuais desvios de seus auxiliares. Tem ainda uma função de afastar o ceticismo e desconfiança da sociedade com os Poderes Públicos”. E assim deveria ser. E assim, evidentemente, não é.
7. Quando a sociedade se depara com autoridades que colocam cônjuges em jatos da Força Aérea e os levam para passear na Europa, ouve-se dizer que sempre foi assim e que não adianta reclamar porque ninguém faz nada. Mas quando Conselheiros que devem guardar a ética pública – e até mesmo impô-la forçosamente – começam a não ver nada de errado em tais condutas, algo vai muito errado. E algo precisa ser feito.
8. Todos vocês são testemunhas de tudo o que passamos desde o início do atual governo. O que era a CEP/PR e o que ela vem claramente se tornando. Nosso orçamento foi reduzido; nossos servidores foram exonerados; tentaram nomear para o Colegiado o irmão do Ministro que conta com o maior número de procedimentos na Comissão; funcionamos com um Conselheiro a menos desde setembro de 2019; e a CGU tentou esvaziar nossa competência, conforme revelado pela Folha de São Paulo;
9. Os ataques externos são dignos de serem levados ao conhecimento da OCDE, visto que diversos relatórios encaminhados ao referido Organismo Internacional usam a criação da CEP/PR como ato louvável de combate à corrupção mediante a implementação da transparência. Contudo, uma agenda oculta que se revela internamente também merece preocupação. Todas as minhas iniciativas no sentido de ampliar a transparência dos trabalhos da Comissão restaram barradas no Colegiado.
10. Já fiz proposta de resolução para abrir o sigilo das sessões de julgamento, sigilo obviamente

inconstitucional; já pedi que fosse oficiada a Polícia Federal para apurar eventuais interceptações ilegais em meu computador no Palácio do Planalto; Já propus instauração de processos para apurar diversos deslizes éticos praticados por Ministros de Estado. Algumas vezes a presidência ignorou. Algumas vezes sugeriu pedidos de vista. Algumas vezes ponderou para que eu retirasse o pedido. E assim o fiz, na certeza de que, com conversa e foco no bem maior, coisas boas poderiam acontecer. Não aconteceram.

11. Não bastasse tanta omissão – bem como tantas ações no sentido de manter o sigilo de tudo o que fazemos – a atual presidência da CEP/PR resolveu romper com 22 anos de tradição, que imitam séculos de tradição conduzida no âmbito do Judiciário, e achou por bem impedir minha eleição à Presidência do colegiado. O motivo alegado: não tenho serenidade para presidir a comissão, haja vista minha relação com a imprensa e minhas publicações em redes sociais, criticando certos resultados de julgamento.

12. Ainda que ninguém entenda a importância da CEP/PR, órgão cujos correspondentes em diversos países desenvolvidos são alçados ao nível prioritário de importância, não havendo sequer nomeações sem que haja o aval do órgão, é preciso denunciar o que está acontecendo. A sociedade precisa saber o que suas autoridades fazem quando as portas estão fechadas.

13. Sigilo não convive bem com a ideia de república. É a exceção, que só deve ser invocada quando a estabilidade social correr risco. Qualquer ato que impede a transparência total das condutas das autoridades, ainda mais as do Executivo, que executam um orçamento de bilhões de reais, deve ser sempre recebido pela sociedade com desconfiança.

14. No dia de ontem circulou pelo *whatsapp* uma petição subscrita por diversos juristas brasileiros, que pedia a aplicação de penalidade ética contra o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. Ao divulgar no grupo dos Conselheiros fui indagado se era verdadeira. O presidente da Comissão confirmou ser verdadeira. A partir daí, passei a questionar à Secretaria Executiva da Comissão quem tinha sido sorteado como relator, passando a receber uma série de evasivas (imaginem um Ministro do STF pedir ao Secretário-Geral o número de um processo ou o nome do relator e receber a informação de que só pode dar se o relator autorizar...). No dia de hoje, após muita pressão, recebi um e-mail da Secretaria Executiva informando que o Conselheiro designado como relator tinha sido o próprio Conselheiro Lucon, que atualmente exerce interinamente a presidência do colegiado por falta de presidente eleito, sendo obrigatório registrar que nossa distribuição sequer é feita por sorteio e publicamente.

15. Não vislumbro, nesse contexto, qualquer possibilidade de manutenção de boas relações dentro do colegiado. Amizade é sentimento que cultivamos com pessoas que comungam dos mesmos valores morais que nós. O Presidente interino da CEP não vê nada de imoral em autoridades realizarem despesas públicas que favorecem pessoas contratadas ao mesmo tempo pela administração pública e pela empresa do qual a autoridade é sócia. Não vê nada de imoral na falta de transparência na distribuição dos processos da CEP/PR. Não vê nada de imoral na utilização de jatos da FAB para transportar parentes. Aliás, não vê nada de errado em relatar – para arquivar – um processo envolvendo autoridade que viajou para a Europa por convite dele próprio. Tenho curiosidade de saber quantas vidas poderiam ser salvas se o dinheiro gasto com tais viagens pudesse ser usado agora para comprar respiradores para UTIs do SUS.

16. Esses não são os valores que recebi dos meus pais, e dos pais dos meus pais. Não são os valores que a família da minha mulher, cujo sobrenome carrego, cultivam. E também não são os valores consagrados no Texto Constitucional. Não há nada aqui que possa justificar, portanto, qualquer relação de amizade que, por sua vez, me obrigasse moralmente a tentar corrigir os vícios aqui apontados somente com as portas fechadas.

17. Na penúltima sessão o Conselheiro Ruy fez um apelo para que julgássemos, em bloco, todos os processos do Ministro da Educação. Uma vez que os processos tem vários relatores, caberia ao Presidente da CEP liderar o processo e pedir empenho aos relatores. O pedido do Conselheiro Ruy foi ignorado como se nada significasse o argumento por ele invocado (se me lembro bem, ele mencionou que todos os artigos que ele publica defendendo a ética perdem força diante da falta de enfrentamento dessas questões perante o colegiado). Em suma, ignorou-se, com serenidade, o pedido de um defensor da ética do porte do Conselheiro Ruy Altenfelder.

18. Sei que com esse gesto se enterra qualquer possibilidade de eu vir a ser eleito Presidente da Comissão, afinal, assim é nosso querido Brasil. As tradições, que no plano internacional tem mais valor do que um tratado internacional, e que no Brasil são reconhecidas como fonte de direito em vários casos, não recebem qualquer respeito por parte da atual presidência da CEP/PR. E isso é curioso, porque tradições são costumes, e costumes nada mais são do que a prática reiterada de um dado comportamento. Em outro giro verbal, tradições são a maior representação de qualquer padrão ético.

19. Quando formos para o voto, uma vez assassinada a tradição, restará nada mais que as amizades. O exercício do poder público com base no jeitinho. Foi assim desde a colonização. Continuará assim, com o aval da Comissão de Ética Pública.

20. Não me venderei em troca de um cargo. Tenho mais de duas décadas dedicadas ao serviço público brasileiro, sempre assessorando as mais altas autoridades de diversos Poderes e unidades federativas. Fui aprovado em dois concursos públicos e fiz minha carreira acadêmica até o topo, com todas as dificuldades possíveis, dependendo de bolsas de estudo concedidas por mérito, bem como de diversos empréstimos consignados.

21. O que sempre propus à Comissão foi transparência para a sociedade. Desafio qualquer Conselheiro a provar o contrário. Se a atual composição acha que está tudo como deve ser, que reelejam o atual Presidente interino para mais dois anos de mandato. Eu não entrei na Comissão de Ética Pública para bater palmas para governantes indecentes ou para perseguir desafetos do governo. Nem muito menos para atender pedidos feitos às sombras por ex-governantes, ainda que sejam pessoas que gozam da minha admiração. Minha arma sempre foi e sempre será o argumento técnico, mesmo que em diversos votos meus fundamentos não sejam discutidos e as questões sejam resolvidas com base em outros elementos que não a técnica.

22. Por fim, informo aos demais Conselheiros que na próxima semana provocarei o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário. O primeiro para indagar acerca da própria nomeação do atual Presidente interino, que viola o requisito legal de “notória experiência em administração pública”, já que Sua Excelência, pelo currículo que apresenta no site da CEP/PR, jamais usou um crachá na vida, tendo apenas exercido o magistério, a advocacia e, por duas vezes, o cargo de juiz eleitoral pelo quinto constitucional, sem que tivesse exercido funções administrativas no TRE-SP. O segundo, para requerer o restabelecimento das prerrogativas mínimas necessárias para que um Conselheiro possa exercer, com independência, o seu mandato. Prerrogativas que vem sendo podadas a cada dia por Sua Excelência, sem qualquer aviso prévio.

23. Recebam esta carta, caros colegas, como um gesto ético de minha parte, para que não venham a tomar conhecimento de tais fatos por terceiros. Ainda mantenho o mesmo respeito e admiração que mantinha por vários Conselheiros, mas a omissão e a falta de coragem não são características que cultivo em minha personalidade. Daí porque, por respeito à sociedade que custeia meu salário, por respeito à minha família, aos meus alunos e filhos que me inspiram a esperança em um Brasil melhor, não posso mais ficar calado.

Brasília, 1º de maio de 2020.



Conselheiro ERICK BILL VIDIGAL

Comissão de Ética Pública da Presidência da República